

SETEMBRO 2025

e.pharma

NEWSLETTER APIFARMA

à conversa com...

José Zorro Mendes

PROFESSOR CATEDRÁTICO DO ISEG

Índice

EDITORIAL	03
ENTREVISTA	05
NOTÍCIAS	06
PROGRAMA abem:	13
LEGILAÇÃO	14
PHARMA EM NÚMEROS	15

A exigência de um SNS sustentável

Na semana passada foi apresentado o estudo “Causas do aumento da despesa do SNS | Análise de uma década de despesa pública com o serviço nacional de saúde”, realizado pelo ISEG para o Conselho da Saúde, Prevenção e Bem-Estar da CIP. Os dados são claros: entre 2015 e 2024, a despesa pública com saúde aumentou 72% em termos nominais (o que equivale a um aumento real de 45%) e, este ano, o SNS caminha para um défice, possivelmente superior a mil milhões de euros.

O que explica este agravamento? O subfinanciamento crónico do SNS, o aumento da população residente e a evolução demográfica em Portugal são as razões fundamentais para a pressão orçamental em que se encontra a saúde.

Este estudo revela que as dotações com pessoal, incluindo tarefeiros, absorvem quase metade do orçamento do SNS, e é a parcela que regista o maior aumento na última década, sendo o principal fator de pressão orçamental.

Este estudo também revela que o investimento com medicamentos, disponibilizados nos hospitais, mantém-se estável e controlado, tendo aumentado apenas 0,5 pontos percentuais na última década. Importa sublinhar que os dados oficiais tendem a sobrevalorizar esta rubrica, pois não refletem todas as devoluções e contribuições extraordinárias da indústria farmacêutica. O impacto líquido da despesa com medicamentos é, por isso, inferior ao reportado. Já os encargos do Estado com produtos vendidos em farmácias, sobretudo medicamentos, reduziram o peso do investimento em 2,1 pontos percentuais na última década. Estes números demonstram que o medicamento não é um fator de desestabilização orçamental para o SNS. Conclui-se assim que o peso relativo do medicamento, no orçamento do SNS, mantém-se estável desde 2010, e o seu contributo relativo na evolução do orçamento da Saúde, na última década, é neutral.

A Indústria Farmacêutica tem mostrado um compromisso responsável com o SNS e com os portugueses, quer investindo no desenvolvimento e investigação de novas tecnologias de saúde, quer assegurando a disponibilidade de medicamentos inovadores para garantir mais e melhor saúde para as pessoas, contribuindo para sustentabilidade do sistema de saúde, a criação de valor para a economia e o progresso da sociedade.

A falta de planeamento e de dotação orçamental do SNS tem-se agravado ao longo dos anos. Os orçamentos não refletem as necessidades reais do sistema e da população, o financiamento chega



João Almeida Lopes

Presidente da APIFARMA

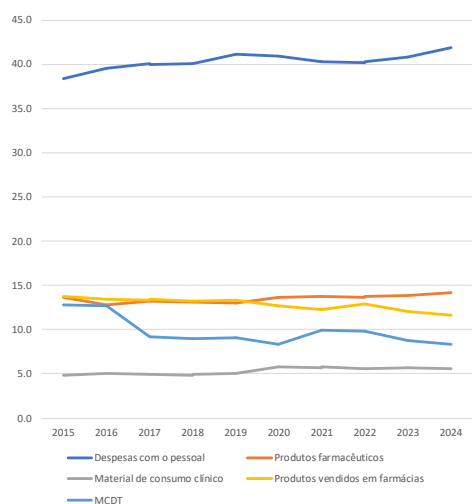
tarde e é insuficiente, penalizando as unidades de saúde e dificultando uma gestão eficiente. Como exigir eficiência aos gestores públicos, sem disponibilizar os recursos adequados?

Portugal continua a comparar mal com os outros países da União Europeia, quando constatamos que, apesar do crescimento do orçamento do SNS nos últimos anos, o Estado investe 1.763€ na saúde de cada português enquanto que a média da União Europeia é de 3.000€.

O aumento da despesa em saúde está intrinsecamente ligado à evolução demográfica. Portugal mudou profundamente na última década: acentuou-se o envelhecimento da população, resultado para o qual muito contribuíram os cuidados de saúde e, em particular, os medicamentos inovadores, que salvam vidas e acrescentam qualidade de vida e longevidade às pessoas. Somos, hoje, um país mais populoso, fruto da imigração e da evolução demográfica. Entre 2018 e 2024, a população estrangeira residente triplicou, atingindo 1,5 milhões de pessoas.

Todos estes factores colocam novos desafios à sustentabilidade do sistema de Saúde. O SNS cresceu, mas o sistema continua aquém das necessidades. A Saúde precisa de orçamentos realistas e sustentáveis. A Saúde é, acima de tudo, um investimento estratégico e produtivo. Investir em saúde é investir nas pessoas, na sociedade e na economia. Por isso, impõe-se avançar com orçamentos plurianuais para a Saúde, como já apontou a Ministra da Saúde, e aprovar uma Lei de Meios que garanta previsibilidade, rigor e autonomia responsável na gestão do SNS. Não podemos permitir que se mine a confiança no sistema público de saúde. É necessário agir já e assegurar a sustentabilidade do SNS. Investir em saúde é investir na qualidade de vida e no futuro de Portugal.

ESTRUTURA DA DESPESA EXECUTADA SNS – EVOLUÇÃO NA ÚLTIMA DÉCADA DAS PRINCIPAIS COMPONENTES



No caso dos produtos farmacêuticos e dos produtos vendidos em farmácias, as despesas presentes na Síntese de Execução Orçamental não têm em consideração a totalidade das devoluções efetuadas pela indústria farmacêutica, pelo que o peso destas despesas está sobrevalorizado.



“A despesa com o pessoal é a grande responsável pela dimensão e evolução da despesa do SNS”

à conversa com...

José Zorro Mendes

José Zorro Mendes, professor catedrático do ISEG – Universidade de Lisboa e um dos responsáveis pela elaboração do Estudo “Causas do aumento da despesa do SNS”, destaca que, com o crescimento de 72% da despesa em termos nominais ao longo de dez anos – a maior fatia atribuída às despesas com pessoal –, é urgente alinhar a despesa pública em saúde com a média europeia, criar orçamentos plurianuais e aprovar uma Lei de Meios para o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

O SNS CONTINUA A SER UM PILAR ESSENCIAL DA SAÚDE EM PORTUGAL, MAS CADA VEZ MAIS PRESSIONADO. COMO RESUMIRIA O MOMENTO ACTUAL?

O SNS é um serviço essencial, garante equidade no acesso à saúde, mas a sua sustentabilidade está em risco. Está numa trajectória de elevado –e rápido– crescimento da despesa, que não é sustentável a médio prazo. No estudo “Causas do aumento da despesa do SNS | Análise de uma década de despesa pública com o serviço nacional de saúde” verificámos que, entre 2015 e 2024, a despesa total aumentou 72% em termos nominais, um crescimento real de 45%.

No entanto, apesar de a despesa em saúde ter crescido, continuamos abaixo da média europeia, quer em percentagem da despesa pública em saúde no PIB, quer em despesa pública em saúde *per capita*. Gastamos menos do que a maioria dos nossos parceiros, mas temos desafios semelhantes: envelhecimento populacional, mais pressão nos sistemas de saúde e necessidade de investir em inovação tecnológica.

ESSE AUMENTO DA DESPESA REFLECTE-SE SOBRETUDO EM QUE ÁREAS?

A maior fatia vai para recursos humanos, fiquei mesmo surpreendido pela magnitude do seu crescimento. Em 2024, 41,9% da despesa do SNS foi com o pessoal, o que inclui salários e horas extraordinárias do pessoal de carreira. E há ainda 5,5% associados a serviços especializados contratados a médicos e enfermeiros externos. Ou seja, quase metade do orçamento do SNS está ligado directamente ao factor humano.

Depois temos os produtos farmacêuticos em ambiente hospitalar (14,2% do total) e os produtos vendidos em farmácias (11,7%), ou seja, o peso dos medicamentos pouco ultrapassa a metade do peso das despesas com o pessoal. Mas há nuances a destacar: 1.º) a despesa com medicamentos hospitalares aumentou 0,5 pontos percentuais ao longo da última década, fortemente influenciada pela entrada de novos fármacos inovadores –que estão sujeitos a muita inovação, muita investigação e desenvolvimento, que são mais dispendiosos do que os anteriores– e não tanto por aumentos de preços em medicamentos já existentes; 2.º) a despesa com medicamentos em ambulatório diminuiu 2 pontos percentuais ao longo da última década. E é preciso ter em consideração que estes valores não têm em conta a totalidade das devoluções efectuadas pela indústria farmacêutica, pelo que esta componente da despesa do medicamento estará sobrevalorizada.

Em resumo, é a despesa com o pessoal a grande responsável pela dimensão e pela evolução da despesa do SNS, enquanto o medicamento tem uma influência muito mais ténue.

“Estes valores não têm em conta a totalidade das devoluções efectuadas pela indústria.”

O ESTUDO AVALIA O “EFEITO QUANTIDADE” E O “EFEITO PREÇO”?

Sim, porque o aumento da despesa pode resultar de comprarmos mais bens e serviços (efeito quantidade), ou de eles custarem mais caro (efeito preço). Normalmente é uma conjugação dos dois.

Nas despesas com pessoal, por exemplo, o aumento da despesa foi de quase 2 mil milhões de euros. Destes, 770 milhões resultaram de mais horas de trabalho (quantidade), mas cerca de 1.200 milhões vieram de aumentos salariais (preço). Ou seja, 60,7% do crescimento deve-se ao efeito preço.

Nos medicamentos hospitalares, a despesa subiu perto de mil milhões entre 2015 e 2024. Aqui, o efeito preço domina com 73%, sobretudo porque entraram fármacos inovadores e mais caros, e não porque os antigos subiram de preço. Já nos medicamentos vendidos em farmácia, a lógica inverte-se: 60% do aumento deve-se a maior consumo (quantidade), enquanto o preço até caiu em termos reais.

E nas despesas com os meios complementares de diagnóstico e terapêutica realizados pelo SNS ou por entidades convencionadas (exames e análises), o que puxa para cima é também o volume de actos realizados, porque o preço médio até desceu: de 4,8 euros por acto em 2015 para 4 euros em 2023.

Portanto, em síntese: no pessoal e nos medicamentos hospitalares é o preço que mais pesa; nos medicamentos de farmácia e nos exames e análises, é a quantidade.



O QUE EXPLICA, NO GERAL, ESTE AUMENTO DA DESPESA?

Além do que já referi, este aumento da despesa em saúde não se pode dissociar da evolução demográfica observada em Portugal. Hoje o país tem uma população mais envelhecida e com aumento da prevalência de doenças crónicas. Também os estrangeiros que têm chegado a Portugal triplicaram numa década e conduziram o país a um valor máximo de 10,75 milhões de residentes em 2024. Tudo isto tem impacto no SNS, pois significa mais consultas, mais exames, mais internamentos e mais horas de trabalho dos profissionais.

ESTE AUMENTO ESTÁ A SER ACOMPANHADO PELO INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS?

Infelizmente não. A despesa de capital, ou seja, o investimento em edifícios, equipamentos e meios digitais, ronda apenas 2% da despesa total, abaixo do valor orçamentado. Em 2023 e 2024 foi mesmo menos de metade. Isto compromete a modernização do SNS, nomeadamente na digitalização, que é essencial, e fica a dúvida de como é que se estão a aproveitar os fundos comunitários, nomeadamente os do PRR.

QUE MEDIDAS ESTRATÉGICAS DEFENDE PARA ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE DO SNS?

Há várias medidas fundamentais. Primeiro, alinhar a despesa pública em saúde com a média europeia, tanto em percentagem do PIB como *per capita*. Segundo, criar orçamentos plurianuais que dêem estabilidade ao financiamento. Terceiro, aprovar uma Lei de Meios do SNS, que defina claramente o financiamento em áreas como prevenção, actividade assistencial, inovação tecnológica e investimento.

Além disso, precisamos de uma *spending review* rigorosa, com *benchmarking* entre instituições, para eliminar ineficiências e aumentar a produtividade. E é urgente executar os orçamentos de investimento de forma exemplar, simplificando concursos públicos, sobretudo os ligados à digitalização.

A Lei de Bases da Saúde prevê que o financiamento reflecta os indicadores demográficos e sociais. Ora, hoje o SNS responde a uma população muito maior do que há cinco anos. Se o Orçamento do Estado para 2026 não traduzir isso, estaremos a falhar.

Também precisamos de realismo: até Julho de 2025, o défice já ascendia a 685 milhões de euros, e os aumentos salariais terão impacto acumulado. Se não ajustarmos a dotação inicial do orçamento, o SNS continuará a funcionar em défice crónico.

EM RESUMO, A REORGANIZAÇÃO DO SNS É INEVITÁVEL?

Mais do que inevitável, é urgente. Está em jogo a capacidade do SNS de continuar a ser universal, gratuito e de qualidade. Indirectamente, está em causa a economia, porque não há economia saudável sem pessoas saudáveis.

Dar sustentabilidade ao SNS exige planeamento estratégico (maior adesão à digitalização, às novas tecnologias, à inteligência artificial) e melhor organização funcional dos serviços, porque tudo isto conduzirá a mais eficiência, tendo a consciência de que será necessário um compromisso político e uma visão de longo prazo para a atingir. A pressão vai continuar a crescer, a população vai continuar a envelhecer e as solicitações não vão diminuir. O SNS não pode continuar a crescer com base no improvável.



Apresentado estudo “Causas do aumento da despesa do SNS | Análise de uma década de despesa pública com o serviço nacional de saúde”

A despesa com produtos farmacêuticos mantém-se neutral, considerando as devoluções da indústria farmacêutica ao Estado na ordem dos 600 milhões de euros, em 2024

Foi hoje apresentado o estudo “Causas do aumento da despesa do SNS | Análise de uma década de despesa pública com o serviço nacional de saúde”, encomendado pelo Conselho de Saúde, Prevenção e Bem-Estar da CIP–Confederação Empresarial de Portugal ao ISEG–Universidade de Lisboa.

A APIFARMA associou-se ao evento, enquanto parceira do Conselho de Saúde, Prevenção e Bem-Estar da CIP, tendo sido representada no debate pelo vice-presidente, Paulo Teixeira. O encerramento da conferência contou com a participação do presidente da APIFARMA, João Almeida Lopes, na qualidade de presidente do Conselho de Saúde, Prevenção e Bem-Estar da CIP.

Entre as principais conclusões destaca-se o peso das despesas com pessoal, que em 2024 representaram 41,9% da despesa total do SNS, com um aumento de 3,5 pontos percentuais ao longo da década. A este valor somam-se os encargos com serviços especializados externos, maioritariamente “tarefeiros”, na ordem dos 5,5%. A soma das duas parcelas representa já a quase metade do orçamento da saúde em Portugal.

A despesa com produtos farmacêuticos, embora significativa e muito ligada a medicamentos inovadores, mantém-se estável: 14,2% em 2024 e com um aumento residual na última década. Considerando as devoluções da indústria farmacêutica ao Estado, que se estima em 2024 ser de 600 milhões de euros, a conta pública do medicamento, mantém-se neutral. Já as rubricas de “produtos vendidos em farmácias” e meios complementares de diagnóstico e terapêutica perderam peso no orçamento.

No total, a despesa do SNS aumentou 72% entre 2015 e 2024 em termos nominais, o que corresponde a um crescimento real de 45%. O estudo aponta como principais causas o

envelhecimento da população e o acréscimo de cerca de 1,5 milhões de residentes estrangeiros, factores que resultaram num aumento da procura de cuidados de saúde.

Os autores, os professores catedráticos Zorro Mendes e Rosa Borges, ISEG-Universidade de Lisboa, defendem reformas estruturais para garantir a sustentabilidade e eficiência do SNS. Entre elas, alinhar a despesa pública em saúde com a média europeia (em percentagem do PIB e *per capita*), aprovar orçamentos plurianuais e criar uma Lei de Meios do SNS que defina claramente o financiamento em áreas como prevenção, actividade assistencial, inovação tecnológica e investimento.

O estudo sublinha ainda a necessidade de uma spending review rigorosa, com benchmarking entre instituições, para eliminar ineficiências e aumentar a produtividade, bem como assegurar a plena execução dos investimentos do PRR.

No debate que se seguiu à apresentação do estudo, foi reforçada a ideia de que a saúde deve ser entendida não como despesa, mas como investimento estratégico e produtivo. Igual importância foi dada à necessidade de adequar o investimento às necessidades de saúde em Portugal, para continuar a assegurar a qualidade da prestação de cuidados de saúde que o SNS tem vindo a prestar aos portugueses.

Os diversos intervenientes da conferência chamam a atenção para a importância de investigação, para a urgência de se criar uma lei de meios do SNS e para a necessidade do Orçamento de Estado 2026 estar adequado às reais necessidades dos cidadãos.

Pode consultar o Sumário Executivo [aqui](#) e a Apresentação do estudo [aqui](#).



APIFARMA divulga posicionamento no âmbito do acordo comercial UE-EUA

EFPIA e APIFARMA defendem a importância de proteger o acesso dos doentes, a inovação e a competitividade na UE

No dia 21 de Agosto a União Europeia (UE) e os Estados Unidos (EUA) publicaram uma Declaração Conjunta UE-EUA que estabelece um quadro com orientações fundamentais para as relações comerciais bilaterais, baseada no acordo político alcançado em 27 de Julho entre a Presidente Ursula von der Leyen e o Presidente Trump.

No âmbito deste acordo e das negociações em curso, a APIFARMA, alinhada com a EFPIA, divulga o seu posicionamento e reflexões da indústria para proteger o acesso dos doentes, a inovação e a competitividade na UE.

O documento com o posicionamento da APIFARMA encontra-se [aqui](#).

Conferência “Quando o tempo é essencial | Valor dos Testes de Diagnóstico *In Vitro* nas Doenças Oncológicas”

O papel dos DIV para alcançar melhores resultados na luta contra o cancro estará em destaque

A APIFARMA organiza, no dia 23 de Outubro, pelas 9h00, a conferência “Quando o tempo é essencial | Valor dos Testes de Diagnóstico *In Vitro* nas Doenças Oncológicas”.

Na conferência, que terá lugar na sala Luís de Freitas Branco do Centro Cultural de Belém, será debatida a importância dos testes de diagnóstico *in vitro* (DIV) na previsão, rastreio e diagnóstico da doença oncológica, mas também na adequação do

tratamento, monitorização e acompanhamento da pessoa com doença.

Os DIV permitem ganhar tempo e aumentar a possibilidade de recuperação quando a doença é detectada precocemente, garantindo o tratamento e a monitorização adequados.

O programa disponível [aqui](#).

Faça já a inscrição [aqui](#).

SAVE THE DATE

Quando o tempo é essencial

Valor dos Testes de Diagnóstico *in Vitro* nas Doenças Oncológicas

23 de outubro

09h00

📍 **Sala Luís de Freitas Branco**
Centro Cultural de Belém





Sociedade Diverde cria sistema nacional para gestão de resíduos de autocuidados de saúde domiciliários

APIFARMA, ANF, ADIFA e Groquifar uniram-se para criar um sistema de recolhe de resíduos corto-perfurantes

No dia 5 de Setembro foi constituída formalmente a sociedade Diverde, entidade gestora do sistema integrado de gestão de resíduos de autocuidados de saúde no domicílio, nomeadamente de resíduos corto-perfurantes.

A Diverde é constituída pela Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (APIFARMA), pela Associação Nacional das Farmácias (ANF), pela Associação de Distribuidores Farmacêuticos (ADIFA) e pela Groquifar – Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos. Em conjunto, estas entidades procuram responder a um problema real de saúde pública e ambiental, garantindo um

destino seguro e sustentável para resíduos como agulhas e lancetas que até agora acabavam, muitas vezes, no lixo indiferenciado.

A inexistência de um sistema de recolha resíduos corto-perfurantes em Portugal acarretava desafios operacionais e riscos de segurança. A criação da Diverde representa, assim, um importante passo na salvaguarda da saúde pública e do ambiente, ao estabelecer um programa de âmbito nacional para a recolha e tratamento seguro destes resíduos, alinhado com as boas práticas internacionais e com os princípios da sustentabilidade.

APIFARMA recebe presidente da Fiocruz em Lisboa

A APIFARMA recebeu, no dia 10 de Setembro, o presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Mário Moreira, no âmbito da missão institucional que o responsável realizou em Lisboa



A Fiocruz está ligada ao Ministério da Saúde do Brasil e é uma das principais instituições de ciência e tecnologia em saúde da América Latina, reconhecida internacionalmente pela sua actuação nas áreas de pesquisa, desenvolvimento e produção de medicamentos, vacinas e outros factores de produção para a saúde.

Durante a reunião foram discutidos temas de interesse comum, nomeadamente o papel da inovação científica e tecnológica na promoção da saúde, bem como oportunidades de cooperação entre Portugal e o Brasil no sector farmacêutico e biomédico.

10 anos da Associação Dignitude

Conferência celebra o passado e define objectivos para o futuro



A Associação Dignitude irá celebrar, no dia 4 de Novembro de 2025, 10 anos de existência e irá assinalar esta década de história através da realização de uma Conferência em que será celebrado o seu crescimento, relembrado o seu percurso e reflectido o seu futuro.

A Conferência 10 anos da Associação Dignitude irá decorrer no dia 4 de Novembro de 2025, pelas 14h00, no Auditério da Associação Nacional das Farmácias, em Lisboa. Este evento conta também com transmissão online.

O evento é gratuito e de inscrição obrigatória. [Saiba mais aqui.](#)

abem:

Rede Solidária
do Medicamento

Programa abem: chega a mais três municípios

Programa da Associação Dignidade já disponibiliza medicamentos gratuitos em cerca de 60% dos concelhos portugueses

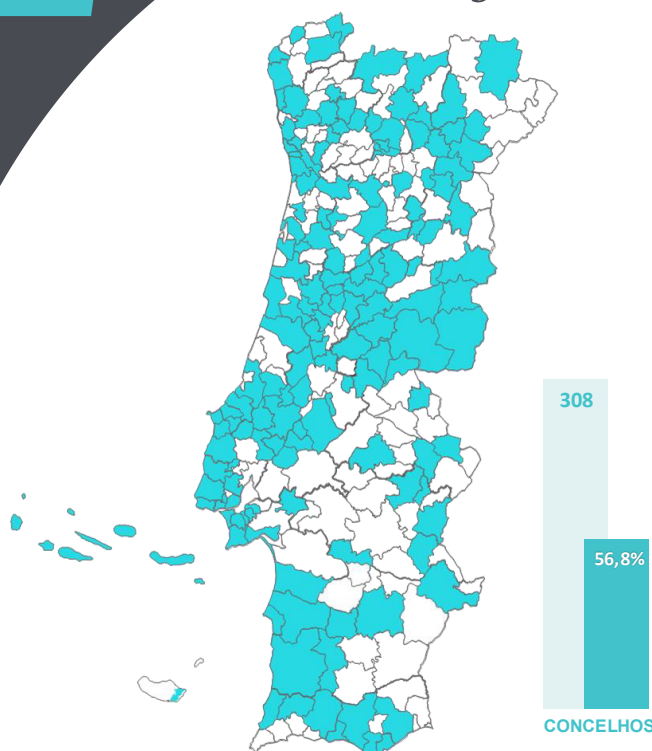
O programa abem: já está presente em 175 municípios, o que representa uma cobertura de 56,8% do território nacional. Com a adesão de mais três concelhos desde o final de Junho, as famílias em situação de carência económica podem agora aceder de forma gratuita aos medicamentos de que necessitam em 1.226 farmácias, mais 8 do que no período anterior.

Promovido pela Associação Dignidade, da qual a APIFARMA é membro fundador, o programa abem: já beneficiou 42.078 pessoas desde a sua criação, em 2016. No mesmo período foram dispensadas mais de 3 milhões de embalagens de medicamentos.

PROGRAMA ABEM:



maio de 2016 a agosto de 2025

Dignidade⁺

Legislação

AGOSTO 2025

Campanha de Vacinação Sazonal do Outono-Inverno de 2025-2026 contra a gripe e contra a COVID-19

A [Portaria 287/2025/1](#), de 14 de Agosto, estabelece o modelo de funcionamento da Campanha de Vacinação Sazonal do Outono-Inverno de 2025-2026 contra a gripe e contra a COVID-19 em farmácias de oficina.

Delegação de competências da Ministra da Saúde nos Secretários de Estado

Pelo [Despacho n.º 9578/2025](#), 2.ª série, de 12 de Agosto, é aprovada a delegação de competências da Ministra da Saúde na Secretária de Estado da Saúde e no Secretário de Estado da Gestão da Saúde.

Nutrição entérica

O [Despacho n.º 9637/2025](#), 2.ª série, de 13 de Agosto, estabelece as condições de criação e a forma de determinação dos grupos genéricos de tecnologias de saúde e dos preços de referência para a nutrição entérica.

Regime jurídico de emissões industriais

O [Decreto-Lei n.º 89/2025](#), de 12 de Agosto, Altera o [Decreto-Lei n.º 127/2013](#), de 30 de Agosto, estabelece o regime jurídico de emissões industriais, completando a transposição da [Directiva \(UE\) n.º 2010/75/UE](#), relativa às emissões industriais.

SETEMBRO 2025

Grupo de trabalho encarregue de avaliar e propor um modelo de financiamento e monitorização no âmbito do acesso a medicamentos inovadores.

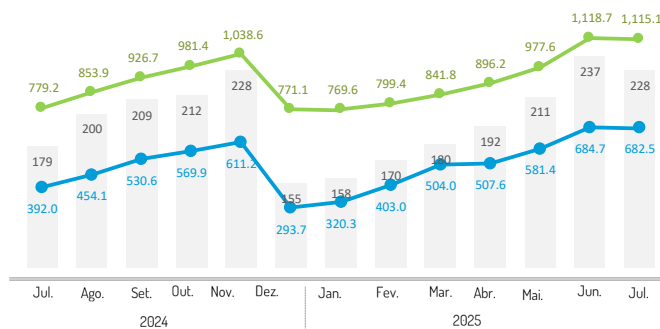
O [Despacho n.º 10519/2025](#), de 5 de Setembro, cria um grupo de trabalho encarregue de avaliar e propor um modelo de financiamento e monitorização no âmbito do acesso a medicamentos inovadores.

PHARMA em Números



INVESTIMENTO PÚBLICO COM MEDICAMENTOS - YTD MAIO 2025

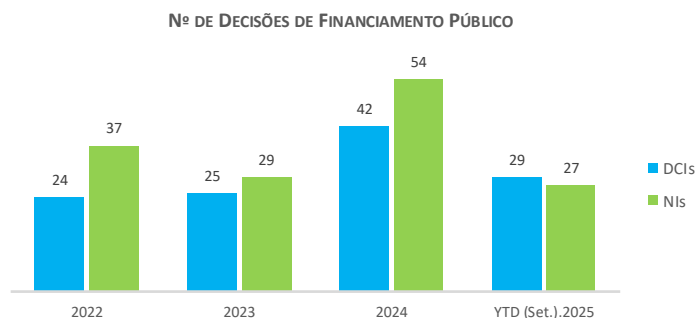
Dívida das Entidades Públicas às Empresas Farmacêuticas



● Dívida Total (M€) ● Dívida Vencida (M€) ■ PMR (dias)

Fonte: APIFARMA

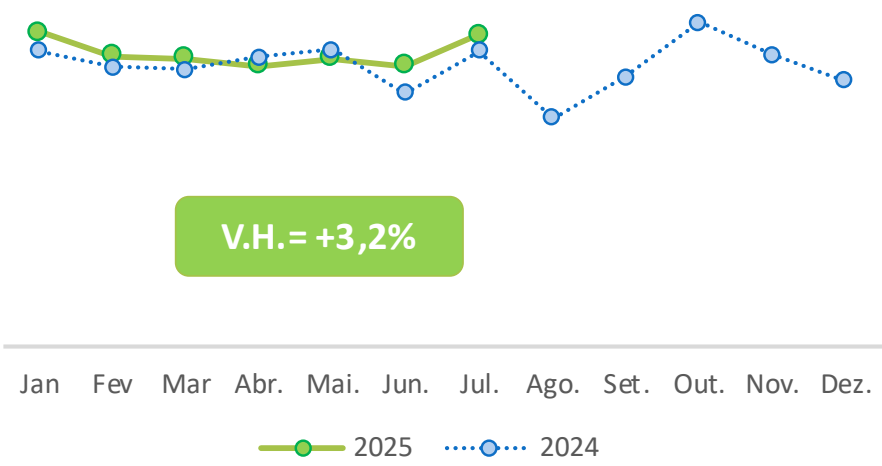
Financiamento Público de Inovação Terapêutica - DECISÕES



Fonte: APIFARMA e INFARMED
DCIs – novas moléculas (excepto gases medicinais)
NI – novas indicações de medicamentos inovadores

ACTIVIDADE ASSISTENCIAL DA SAÚDE

N.º de Consultas nos Hospitais



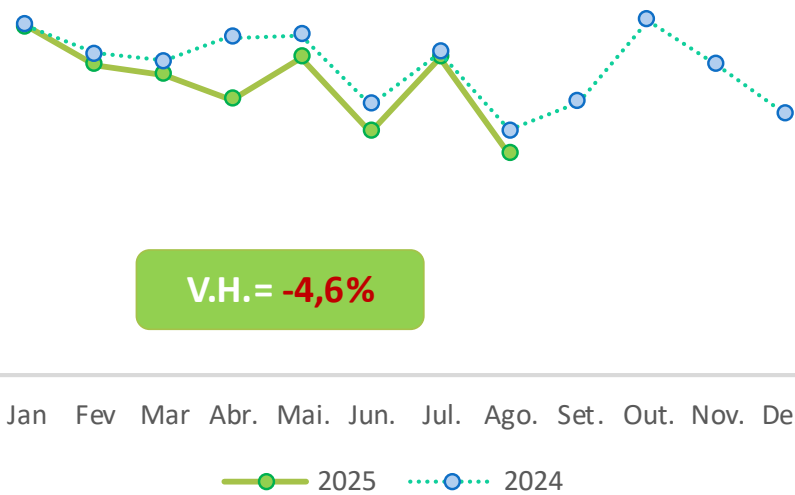
| Portal da Transparência da ACSS

Nº de Intervenções Cirurgicas programadas



| Portal da Transparência da ACSS

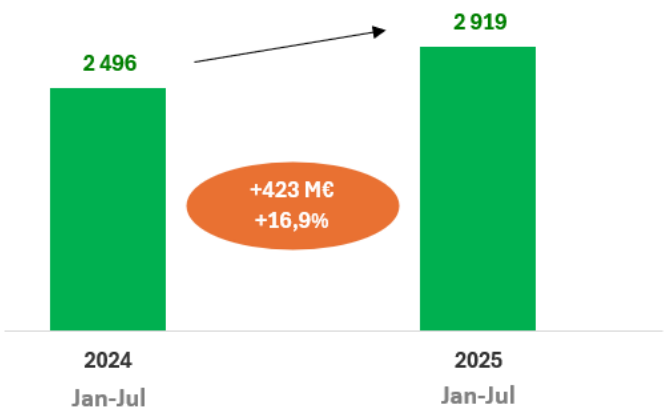
Nº de Consultas Médicas presenciais nos CSP



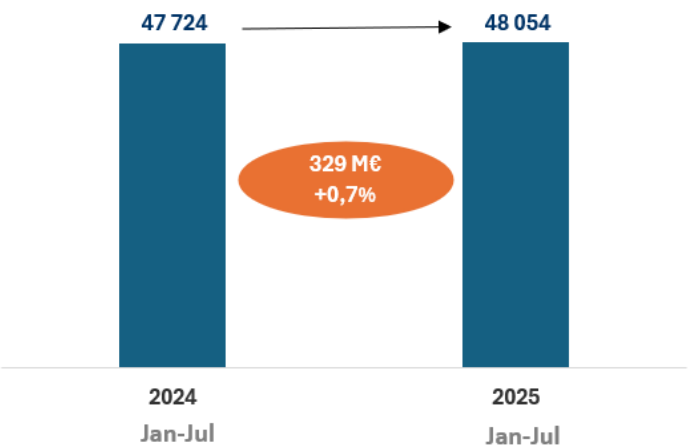
| Portal da Transparência da ACSS

EXPORTAÇÕES INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Exportações da Indústria Farmacêutica



Exportações Totais de Bens



Milhões Euros

Fonte: INE - Comércio Internacional [Produtos Farmacêuticos (3001, 3002, 3003, 3004, 3005, 3006) e Matérias Primas (2935, 2936, 2937, 2938, 2939, 2941)]

e.pharma
Newsletter Setembro 2025